

Solidariedade é chave na era da globalização

Num mundo cada vez mais global há desafios que se colocam também à acção social através daqueles que ficam à margem da riqueza. Neste sentido, representantes das Misericórdias salientaram que a solidariedade é um dos pontos chave para suprir as carências sociais

Se pensarmos nos problemas que o mundo atravessa e observarmos o globo como uma moeda não teremos uma cara ou coroa em cada face, mas globalização e solidariedade. Com as movimentações mundiais da actualidade aqueles dois conceitos têm andado de mãos dadas para que os que ficam à margem do sistema, mesmo em cidades férteis em riqueza, consigam fazer face à vida. Esta é pelo menos a perspectiva de dois representantes das Misericórdias de Portugal.

“A globalização e a solidariedade são nada mais que duas faces da mesma moeda e essa moeda é o mundo onde nos mexemos todos os dias”, referiu o provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, António Tavares, numa pa-

lestra ministrada em Macau, que contou também com Manuel de Lemos, presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP).

Com a pressão que os Estados sentem, por exemplo, na Europa, tendo alguns países como Portugal recorrido a ajuda externa, a solidariedade começou a ganhar mais significado num contexto que representou desespero para muitas famílias, que sofreram vários cortes salariais, de subsídios, ou acabaram mesmo por ficar sem emprego. “É a solidariedade que vai permitir a estabilização das sociedades, o equilíbrio entre os riscos e os pobres e que existam menos discriminação”, referiu António Tavares.

Um dos grandes desafios que muitos países do Ociden-

te enfrentam, sobretudo em termos orçamentais, é o envelhecimento da população, que obriga a um grande investimento na saúde. Esta é uma tendência que também já se começa a verificar a Oriente, ainda que neste lado do mundo o problema só tenha uma face, uma vez que as taxas de natalidade continuam a ser altas.

“Aqueles que estudam estas questões dizem que a partir de 2030 esta pressão vai acentuar-se nas sociedades. Há quem diga mesmo que algumas delas antes de serem ricas vão ser velhas e portanto isto significa que a velhice vai ser uma das dificuldades para que a eventual competitividade das economias se possa manter”, afirmou o provedor da Santa Casa do Porto.

Já o presidente da UMP salientou que “a ideia que o Estado vai ser capaz de resolver os problemas das pessoas não é verdade”. “O Estado não é capaz e foi-se criando a ideia que todos somos o Estado e assim todos temos essa responsabilidade cívica, vivemos em comunidade, próximos uns dos outros e precisamos de criar parcerias sobretudo



de natureza pública”, vincou, notando porém que é necessário “continuar a exigir do Estado”, a quem pagamos os impostos.

Manuel de Lemos referiu ainda o caso das Misericórdias de Portugal que se têm tentado adaptar aos tempos modernos descobrindo novas formas de financiamento. Com estes novos modelos de gestão conseguem não só arranjar fundos como também combater outro problema social: o desemprego. “Temos que apostar em novas formas de economias sociais. Uma das Misericórdias venceu um concurso de vinho em Paris. Umas produzem vinho, outras azeite, enchidos e assim não só se em-

pregam pessoas, como obtêm recursos”.

Olhando ainda para o caso de Macau, que mantém a sua Misericórdia a trabalhar na área social há 445 anos, Manuel de Lemos frisou que estas entidades continuam a ter um papel fundamental na ajuda ao próximo. Em Portugal, segundo disse, passam pelas Misericórdias cerca de 150.000 pessoas.

Manuel de Lemos e António Tavares estiveram em Macau numa visita de cinco dias durante a qual assinaram protocolos com a SCMM nas áreas da Educação e da Saúde com o objectivo de formar quadros locais.

Três irmãos honorários do Porto

António José de Freitas, Leonel Alves e Bruno Nunes, da Santa Casa da Misericórdia de Macau, receberam o título de irmãos honorários da Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP). O provedor da SCMP, António Tavares, explicou que este reconhecimento parte da vontade de juntar Macau e Portugal e passar dos actos formais à prática de uma relação contínua.